

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA P₃ --

-- CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS --

Questão 1 C

A luz da estrutura orçamentária brasileira e considerando a evolução do déficit da dívida pública do país, é correto afirmar que a dívida bruta do governo geral

- a) abrange o total das dívidas de responsabilidade do governo junto apenas ao setor privado.
- b) abrange o total das dívidas de responsabilidade do governo junto apenas ao setor privado e ao setor público financeiro.
- c) abrange o total das dívidas de responsabilidade do governo junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central do Brasil e ao resto do mundo.
- d) não engloba as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central do Brasil.

Questão 2 D

A luz dos princípios orçamentários pertinentes às receitas e despesas públicas, assinale a opção correta. Nesse sentido, considere que a sigla LOA, sempre que empregada, se refere à lei orçamentária anual.

- a) As despesas e receitas são registradas pelo regime de competência.
- b) As despesas com as emissões de papel moeda devem constar na LOA.
- c) As despesas irrelevantes não precisam de estimativa na peça orçamentária pública.
- d) As despesas rotineiras e ordinárias da administração pública, já previstas no orçamento, são dispensadas de estimativas de impacto orçamentário e financeiro.

Questão 3 C

Acerca dos ciclos orçamentários estabelecidos no plano plurianual (PPA) e dos requisitos legais pertinentes ao PPA, assinale a opção correta.

- a) O PPA deve estabelecer, de forma centralizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal.
- b) O PPA tem vigência de quatro anos e o seu período coincide com o mandato do Poder Executivo.
- c) A inclusão ou exclusão de objetivos definidos no PPA é considerada revisão.
- d) Investimentos militares que ultrapassem o período de um ano não precisam constar no PPA.

Questão 4 A

Segundo as normas relativas à receita pública,

- a) a receita pública é programada, autorizada e controlada por meio do orçamento.
- b) os recursos financeiros de caráter temporário não integram a LOA.
- c) as operações de crédito não integram o orçamento público.
- d) todas as receitas arrecadadas são receita orçamentária, inclusive as provenientes de operações de crédito.

Questão 5 D

Tendo em vista aspectos pertinentes a receita orçamentária, ciclo orçamentário e créditos adicionais e considerando que as receitas públicas podem ser classificadas em ordinárias e extraordinárias, assinale a opção correta.

- a) Nas operações fiança, os recursos depositados são classificados como receitas orçamentárias.
- b) Os recursos financeiros, inclusive os de caráter temporário, devem integrar a LOA.
- c) Os recursos advindos de depósitos de caução devem compor a receita orçamentária.
- d) Os recursos de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária são classificados como ingressos extraorçamentários.

Questão 6 B

Tendo em vista as etapas e classificações da receita orçamentária, assinale a opção correta.

- a) As contribuições sociais são exemplos de receitas tributárias.
- b) As receitas lançadas e não recebidas pertencerão ao exercício em que forem efetivamente arrecadadas.
- c) As receitas orçamentárias devem, necessariamente, passar pelas etapas de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- d) Conforme a natureza da arrecadação, os valores arrecadados são destinados para contas específicas do Tesouro Nacional.

Questão 7 B, KP

As despesas inscritas em restos a pagar são despesas

- a) convergentes ao princípio da legalidade da despesa pública.
- b) empenhadas e liquidadas no exercício subsequente.
- c) que não podem ser canceladas.
- d) que incluem as despesas apenas orçadas.

Questão 8 D

As empresas A e B têm, respectivamente, funções de produção representadas por $Y^A = 5K^{0,5}L^{0,5}$ e $Y^B = 5K^{0,6}L^{0,4}$, em que Y^A é a produção da empresa A, Y^B é a produção da empresa B, K é a quantidade de capital utilizado, e L é a quantidade de trabalho utilizado.

Nessa situação hipotética,

- a) a empresa A produzirá mais que a empresa B, se K for superior a L .
- b) a empresa A produzirá mais que a empresa B, se as duas empresas utilizarem quantidades iguais de capital e trabalho.
- c) a empresa B produzirá mais que a empresa A, se as duas empresas utilizarem quantidades iguais de capital e trabalho.
- d) as duas empresas produzirão a mesma quantidade, se ambas utilizarem quantidades iguais de capital e trabalho.

Questão 9

Acerca da estrutura do balanço de pagamentos e da sua relação com os agregados monetários, assinale a opção correta.

- A O aumento da poupança externa resulta de uma política de estímulo às exportações e à substituição de importações.
- B A poupança externa é igual ao volume de empréstimos contratados no exterior.
- C O aumento das reservas internacionais tem como contrapartida o aumento da base monetária.
- D Se houver entrada de investimento externo direto na conta do balanço de pagamentos, haverá, necessariamente, acúmulo de reservas internacionais.

Questão 10

Com referência à teoria microeconômica da produção e às respectivas estruturas de mercado, assinale a opção correta.

- A Na concorrência monopolística, o preço iguala a receita marginal.
- B Em concorrência monopolística, o equilíbrio de longo prazo é ineficiente no sentido de Pareto.
- C No duopólio do tipo Bertrand, o preço das firmas é igual ao custo médio.
- D O monopólio perfeitamente discriminador é ineficiente no sentido de Pareto.

Questão 11

Na Constituição Federal de 1988, constam as seguintes previsões normativas:

- "É vedada a cassação de direitos políticos" (...) (art. 15).
- "É vedada a utilização de partidos políticos de organização paramilitar" (art. 17, § 4.º).
- "Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei" (art. 5.º, VIII).

Essas normas são, respectivamente, de eficácia

- A limitada, contida e limitada.
- B plena, contida e limitada.
- C plena, plena e contida.
- D limitada, plena e contida.

Questão 12

Com base na Constituição Federal de 1988, a prestação de serviços públicos incumbe ao poder público, na forma da lei, podendo ser realizada diretamente ou, sempre por meio de licitação, sob regime de

- A autorização e permissão.
- B autorização, concessão e permissão.
- C permissão e concessão.
- D concessão e autorização.

Questão 13

Assinale a opção em que são apresentados princípios gerais da atividade econômica que, previstos no art. 170 da Constituição Federal de 1988, são corolários de direitos individuais fundamentais mencionados no art. 5.º do texto constitucional.

- A soberania nacional e propriedade privada
- B função social da propriedade e busca do pleno emprego
- C propriedade privada e função social da propriedade
- D busca do pleno emprego e soberania nacional

Questão 14

A ação declaratória de constitucionalidade constitui modalidade de controle de constitucionalidade

- A preventivo, difuso e por via incidental.
- B repressivo, difuso e por via incidental.
- C repressivo, concentrado e por via principal.
- D preventivo, concentrado e por via principal.

Questão 15

Em caso de omissão do poder público, a ação de descumprimento de preceito fundamental é

- A incabível se o objeto for omissão não normativa, ainda que se afigure lesiva a preceito fundamental.
- B incabível se o objeto for omissão normativa parcial, ainda que se afigure lesiva a preceito fundamental.
- C cabível se o objeto for omissão não normativa, ainda que se afigure lesiva a preceito fundamental.
- D cabível se o objeto for omissão normativa, ainda que não se afigure lesiva a preceito fundamental.

Questão 16

Em ação de descumprimento de preceito federal ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal (STF), se houver proposta de acordo, este

- A não poderá ser celebrado, por se tratar de processo de índole objetiva, o que exigiria uma análise subjetiva do acordo pelo STF.
- B poderá ser celebrado, por se tratar de processo de índole subjetiva, cabendo ao STF chancelar a tese jurídica defendida pelas partes no processo.
- C poderá ser celebrado, por se tratar de processo de índole objetiva, cabendo ao STF apenas homologar as disposições que forem combinadas.
- D não poderá ser celebrado, por se tratar de processo de índole subjetiva, não cabendo ao STF homologar acordo nesse tipo de processo.

Questão 17

Determinado órgão do Poder Executivo instituiu taxa para o fornecimento de cópias e reproduções de documentos/e para a emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada.

Nessa situação hipotética, a instituição de taxa é

- A inconstitucional no que se refere ao fornecimento de cópias.
- B constitucional no que diz respeito a todos os fins mencionados.
- C inconstitucional no que diz respeito à reprodução de documentos.
- D inconstitucional no que se refere à emissão de atestado coletivo.

Questão 18

Juan, Pablo e Jorge nasceram no Brasil no mês de janeiro de 2023, sendo Juan filho de pais uruguaios, a serviço do Uruguai; Pablo, filho de pais argentinos, a serviço do Uruguai; e Jorge, filho de pais bolivianos, que se encontravam passeando em território brasileiro, em gozo de férias.

Nessas condições, nos termos da Constituição Federal de 1988, serão considerados brasileiros natos

- A Jorge, Juan e Pablo.
- B Jorge e Pablo, somente.
- C Juan e Jorge, somente.
- D Pablo e Juan, somente.

Questão 19

Dadas as condições de elegibilidade previstas na legislação brasileira, é correto afirmar que uma pessoa com 25 anos de idade, preenchendo as demais exigências legais e constitucionais, pode candidatar-se, por exemplo, ao cargo de

- A senador e ao de prefeito.
- B governador de estado e ao de deputado distrital.
- C juiz de paz e ao de deputado estadual.
- D vice-governador de estado e ao de vereador.

800CC1 01N136769

Questão 20

Pedro foi condenado por improbidade administrativa e a naturalização de Ana como brasileira foi cancelada por sentença transitada em julgado.

Na situação hipotética, em relação aos direitos políticos de Pedro e Ana, haverá

- perda para ambos.
- cassação e perda, respectivamente.
- suspensão e perda, respectivamente.
- suspensão para ambos.

Questão 21

A formulação de alternativas em um dos cinco estágios do ciclo das políticas públicas, é necessário

- identificar os temas, os problemas e os recursos disponíveis para a atuação dos atores envolvidos.
- planejar as ações, realizar diagnóstico e estabelecer objetivos para a tomada de decisões.
- transformar as intenções em ações concretas e verificar se os resultados alcançaram o público-alvo.
- escolher o responsável para implementar os modelos de racionalidade absoluta e limitada, incremental e de fluxos múltiplos.

Questão 22

Assinale a opção que apresenta iniciativas que estão descritas no Decreto Federal n.º 10.160/2019 e que visam aprimorar ou laborar mudanças administrativas.

- fim dos impedimentos de titulares de órgãos representados pelo governo aberto e fortalecimento da integridade pública
- acesso às informações públicas e eficiência administrativa
- promoção da cultura administrativa e promoção da cultura financeira
- acesso aberto a todos os órgãos ministeriais, independentemente de justificativa, e combate à corrupção

Questão 23

Na gestão pública, é necessário definir prioridades e executar as tarefas elaboradas por metodologias e ferramentas de planejamento disponíveis e que visem direcionar os esforços administrativos em prol de resultados efetivos para a população. Uma metodologia utilizada constantemente na gestão pública denomina-se PDCA.

Considerando essas informações, assinale a opção que descreve os ciclos que compõem a metodologia PDCA.

- planejar as ações que se pretende implementar nas organizações públicas; executar as ações definidas; comunicar, para garantir que os esforços planejados sejam aproveitados pelo plano de ação; e agir com ações corretivas com base no acompanhamento das etapas definidas no planejamento
- planejar as ações que se pretende implementar nas organizações públicas; executar as ações definidas no planejamento; controlar os resultados definidos nos planos de ação e monitorar o atingimento das metas estabelecidas no planejamento; e agir com ações corretivas com base no acompanhamento das etapas anteriores definidas no planejamento
- pesquisar interesses e necessidades da sociedade brasileira; executar avaliações apresentadas na pesquisa; controlar os dados e ações definidas no planejamento; e agir com rigor para a efetividade do planejamento definido nos projetos de ação
- planejar as questões e segmentar suas características regionais; excluir as exceções que possam desestabilizar o projeto a ser implementado; confrontar ações previstas no planejamento; e ajustar tais ações por meio de avaliações constantes

Questão 24

A capacidade política do Estado de governar e decidir tem origem na sua legitimidade democrática e política apresentada à sociedade — a credibilidade do exercício do poder, o que contribui para o desenvolvimento e o emprego dos princípios da boa governança como

- eficácia, transparência, legitimidade e accountability.
- democracia, eficiência, probidade e transparência.
- accountability, eficácia, legitimidade e responsabilidade.
- equidade, legitimidade, eficiência e probidade.

Questão 25

A gestão pública deve evitar a intermediação de interesses com uma boa governança de órgãos e entidades da administração pública. Para garantir a boa governança é necessário envolver algumas funções básicas que se encontram definidas em um referencial, compreendidas como mecanismos de legitimidade, equidade e transparência na atuação da gestão pública. São considerados referenciais básicos de governança organizacional, os mecanismos que visam

- I monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento dos planos.
- II avaliar o ambiente, os cenários o desempenho e os resultados.
- III direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos.
- IV desenvolver a democracia e o desenvolvimento mútuo da administração pública e da sociedade.

Estão certos apenas os itens

- I, II e IV.
- II, III e IV.
- I, III e IV.
- II, III e IV.

Questão 26

No que se refere à implementação de políticas públicas, assinale a opção que apresenta mecanismos eficientes no combate à corrupção.

- fortalecimento do clientelismo; nepotismo; fortalecimento das práticas de controle interno e externo; melhorias no acesso às informações públicas
- fortalecimento do clientelismo; nepotismo; melhorias no acesso às informações públicas; fortalecimento do princípio da pessoalidade
- transparência dos atos promovidos pela administração pública; fortalecimento de práticas de controle interno e externo; melhorias no acesso às informações públicas
- transparência dos atos promovidos pela administração pública; melhorias no acesso às informações públicas; fortalecimento do princípio da pessoalidade

Questão 27 D

A Constituição Federal de 1988 determinou mudanças na forma de interação do Estado com a sociedade brasileira, introduzindo as instituições participativas, com as incorporações de cidadãos e de associações da sociedade civil na deliberação de políticas públicas. Entre as instituições participativas que podem auxiliar na elaboração das políticas públicas incluem-se

- I os conselhos nacionais.?
- II os conselhos municipais na definição do orçamento público. *Aplicativo*
- III as conferências nacionais.?
- IV as audiências públicas. ✓
- V as associações da sociedade civil. ✓

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, III e V estão certos.
- B Apenas os itens II, III e V estão certos.
- C Apenas os itens I, II, IV e V estão certos.
- D Todos os itens estão certos.

Questão 28 B

Os indicadores de políticas públicas são instrumentos que podem identificar e medir aspectos relacionados à gestão e ao desempenho da administração pública. Para avaliar a gestão do fluxo de implementação do programa pela sua aplicação nas diferentes realidades e ações é necessário apresentar os indicadores classificados como

- A pesquisa, processo, impacto, programa e resultado.
- B planejamento, insumo, produto, resultado e impacto.
- C insumo, processo, produto, resultado e impacto.
- D planejamento, processo, insumo, produto e resultado.

Questão 29 C

Vários indicadores podem ser utilizados para avaliar o desempenho das políticas públicas. Entre esses indicadores, é comum as avaliações apresentarem seus referentes de

- A produto, eficácia, resultado e economicidade da política pública.
- B processo, eficiência, eficácia e resultado da política pública.
- C efetividade, eficácia, eficiência e economicidade da política pública.
- D processo, produto, eficiência e efetividade da política pública.

Questão 30 A

Considerando a gestão por resultados de serviços públicos, assinale a opção que apresenta um dos objetivos básicos exigidos para a implantação da gestão por resultados na produção de serviços públicos.

- A desenvolver o processo de *accountability* na administração pública
- B limitar a autonomia aos executores das políticas públicas
- C proibir a participação da sociedade na administração pública
- D restringir o acesso a informações relacionadas à identificação de áreas críticas do serviço público

Questão 31 *função do orçamento público* B

Relativamente às funções do orçamento público, é correto afirmar que a função

- A pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.
- B deve evidenciar a natureza da atuação governamental. ✓
- C tem por finalidade identificar se a despesa pertence ao orçamento fiscal, da seguridade social ou de investimento das empresas estatais.
- D reflete as estruturas organizacional e administrativa.

Questão 32 C

Acerca dos princípios do orçamento público, é correto afirmar que, de acordo com o princípio da universalidade,

- A a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. *ECU*
- B o registro das receitas e despesas na lei orçamentária anual deverá ser feito pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- C a lei orçamentária anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todas as entidades instituídas e mantidas pelo poder público.
- D o exercício financeiro coincidirá com o ano civil (1.º de janeiro a 31 de dezembro). *AMU*

Questão 33 A

A vigência dos créditos adicionais suplementares no âmbito do orçamento público brasileiro

- A limita-se ao exercício financeiro em que os créditos foram abertos, não sendo admitida prorrogação (reabertura).?
- B se esgota com o fim do exercício financeiro em que os créditos foram abertos, mas a reabertura dos seus saldos é permitida para o exercício seguinte. *✓ PGE*
- C não se esgota com o fim do exercício financeiro em que os créditos foram abertos e não é admitida a sua prorrogação (reabertura).
- D não se limita ao exercício financeiro em que os créditos foram abertos e a reabertura dos seus saldos é admitida para o exercício seguinte.

Questão 34 B

Relativamente à programação e execução orçamentária e financeira, a primeira etapa da descentralização de recursos financeiros é denominada

- A sub-repasse.
- B cota.
- C duodécimo.
- D repasse. *Recursos*

Questão 35 B

Com relação à classificação das receitas públicas por fonte/destinação, a alteração do grupo de fonte nos saldos financeiros

- A não pode ocorrer.
- B pode ocorrer apenas quando e na medida da execução financeira dessas dotações.
- C pode ocorrer se houver o aval do tribunal de contas a cuja jurisdição o ente federado esteja submetido.
- D pode ocorrer a qualquer tempo e sempre que houver necessidade.

Questão 36 D

Considere que, no dia 31 de dezembro de determinado exercício financeiro, o prazo para cumprimento de uma obrigação assumida pelo credor esteja vigente (despesa a liquidar). Nesse caso, essa despesa deverá ser

- A reconhecida como despesas de exercícios anteriores.
- B cancelada.
- C inscrita como restos a pagar processados.
- D inscrita como restos a pagar não processados.

Questão 37 B

Ao longo do exercício financeiro, o registro contábil da despesa orçamentária deve ser realizado no momento de

- A sua fixação.
- B seu empenho.
- C seu pagamento.
- D sua liquidação.

800CC1_01N136769

Questão 38 A

De acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo

- a) somente será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- b) não será admitida.
- c) será admitida em caso de guerra, comção interna ou calamidade pública.
- d) será admitida quando houver quórum de maioria absoluta na composição da referida casa legislativa.

Questão 39 B C

De acordo com o disposto na LRF acerca da disponibilização de informações contábeis, orçamentárias e fiscais para amplo acesso público, os entes federados brasileiros devem observar a periodicidade, o formato e o sistema estabelecidos

- a) pelos tribunais de contas a cuja jurisdição estiverem submetidos.
- b) pela Controladoria-Geral da União.
- c) pelo órgão central de contabilidade da União.
- d) pela Secretaria de Orçamento Federal.

Questão 40 D

Sobre a apuração do montante da dívida consolidada, a verificação do atendimento ao limite disposto na LRF será efetuada ao final de cada

- a) mês.
- b) bimestre.
- c) quadrimestre.
- d) semestre.

Espaço livre

faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será considerado** qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas. No espaço destinado à transcrição do texto definitivo, a presença de qualquer marca identificadora não será considerada. A folha de texto definitivo, a apresentação e a anulação da sua prova discursiva. No domínio do conteúdo serão atribuídos até **40,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

PROVA DISCURSIVA P4

O próprio instrumento "norteador" das ações de planejamento no Brasil (hoje o Plano Plurianual) tem sido muito mais um documento de retórica do que a efetiva concepção de um programa de governo (...). Se, algumas vezes, até já nos enredamos em planos e programas muito específicos, com metas rigidamente estabelecidas, e até fantasiosas, em geral tais documentos são meras declarações de intenções, sem um compromisso efetivo, e carecem de acompanhamento sistemático.

Roberto Picotelli, Maria Timó. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 14.ª Edição. São Paulo: Atlas, 2019, p. 110 (com adaptações).

O orçamento público é um processo de planejamento contínuo e dinâmico que exprime em termos financeiros a alocação dos recursos públicos para determinado período. O orçamento compreende a manutenção das atividades do Estado, planejamento e a execução dos projetos estabelecidos nos seus planos e programas de Governo.

Distrito Federal. SEPLAG. **Manual de planejamento orçamento**. Brasília: Secretaria de estado do planejamento, orçamento e gestão, 2016, p. 10. In: Internet: <transparencia.df.gov.br>.

Considerando que os fragmentos de texto apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do processo e do ciclo orçamentário no Distrito Federal, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 as leis do ciclo orçamentário e o controle interno nesse processo; [valor: 16,00 pontos]
- 2 relação entre o orçamento público e o planejamento; [valor: 12,00 pontos]
- 3 avaliação do plano plurianual. [valor: 10,00 pontos]

① Ciclo - PPA - LOO - LOA - controle - monitorar | Recursos públicos / manutenção das políticas públicas, incluindo seus projetos e ações em prol da sociedade

② Orçamento público - Planejamento → Planejamento a primeira função da organização que tem como visões dar o norte para qualquer ação pública e privada. Ele se observa aonde quer que esteja, ou seja, a meta, ações para ter eficiência, eficácia, efetividade, iniciativa em ações e políticas públicas ou políticas públicas, pois sem planejamento, os objetivos são mais conclusivos. A relação entre o planejamento e o orçamento está também observada que ambos são contínuos, dinâmicos e que buscam atingir seus objetivos; o orçamento público com um ciclo diferente do planejamento, por ser um ciclo anual e com processo distintos, mesmo assim.

③ Avaliação PPA
 Ampliar Ex ante
 concorrencia
 Ex post - ERAP - resultados
 Eficácia
 Eficiência
 Efectividade